

# SIMULADO PC 2010

## com RESPOSTAS COMENTADAS



### ESTRUTURA DA PROVA OFICIAL E DESTE SIMULADO



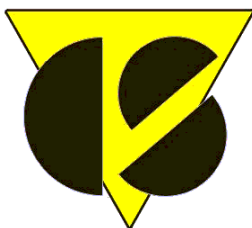
### Outras informações:

Houve 12.700 inscrições para o total de 500 vagas ofertadas, com média de 25 candidatos por vaga.

O cartão de inscrição com o ensalamento para a prova oficial será publicado no *site* da COPS/UEL às 17h00 do dia 22 de março.

Você precisa imprimir o cartão, colar sua foto e adotar outras providências escritas no cartão de inscrição.

O edital exige que você responda à prova com caneta com trinta preta.



## Curso Solon Concursos

[www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)

*Aulas & Apostilas*

**ATENÇÃO:** Para assegurar que este simulado esteja no nível da prova do concurso oficial, algumas questões a seguir foram adaptadas de provas anteriores aplicadas pela COPS/UEL, a mesma organizadora do concurso do atual concurso da PC Paraná.

## LÍNGUA PORTUGUESA:

Professora Cidinha

### TEXTO – DIAGNÓSTICO

O Globo, 15/10/2004

Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três, alcançando hoje a média de dez casos por dia. Considerando a importância que o turismo tem para a cidade – que anualmente recebe 5,7 milhões de visitantes de outros estados e do estrangeiro, destes, aliás, quase 40% dos que chegam ao Brasil têm como destino o Rio – é alarmante esse grau crescente de insegurança.

Por maior que tenha sido a indignação manifestada pelo governo federal, são números que reforçam o alerta do Departamento de Estado americano a agências de turismo dos Estados Unidos, divulgado no início do mês, a respeito do perigo que apresentam o Rio e outras grandes cidades brasileiras.

Não é exagero classificar de urgente a tarefa de fazer o turista se sentir mais seguro no Rio, considerando que os visitantes movimentam 13% da economia da cidade e que dentro de três anos teremos aqui o Pan. Parte da solução é simples: reforçar o policiamento ostensivo. A Secretaria de Segurança do Estado informa que há quase duas centenas de policiais patrulhando a orla, do Leblon ao Leme, mas não é o que se vê – nem é o que percebem os assaltantes.

Muitos destes aliás, são menores de idade com que o poder público simplesmente não sabe lidar, por falta de ação integrada entre autoridades estaduais e municipais, empenhadas num jogo de empurra sobre a responsabilidade por tirá-los das ruas. O que lhes confere uma percepção de impunidade que só faz piorar a situação.

Impunidade é também a sensação que resulta do deficiente trabalho de investigação policial: se não se consegue impedir o crime, sua gravação pelas câmeras da orla de pouco serve, pois não há um esquema eficaz de inteligência nem estrutura técnica adequada para seguir pistas.

É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas. Mas é mais justo falar em dinheiro mal aplicado. As próprias autoridades anunciam fartos investimentos em aparato tecnológico contra o crime; o retorno que deveria produzir a aplicação eficiente desse dinheiro seria o que não está acontecendo: a redução a níveis mínimos dos assaltos a turistas.

#### 01 - O título *Diagnóstico* se justifica porque o texto

- a) trata da insegurança como uma doença social.
- b) mostra as causas históricas da insegurança na cidade do Rio.

- c) indica o conhecimento das causas de determinado fenômeno.
- d) aponta os remédios para uma doença observada.
- e) faz uma análise científica de um problema atual.

#### 02 - “Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três”; essa relação mostra que:

- a) a insegurança aumenta quando se reduz o número de turistas.
- b) o nº de turistas cresce, apesar dos assaltos.
- c) a redução do nº de turistas faz crescer a segurança.
- d) quanto mais aumentam os turistas, menos assaltos ocorrem.
- e) os turistas aumentam na mesma proporção que os assaltos.

#### 03 - “...alcançando HOJE a média de dez casos por dia”; o momento a que se refere o vocábulo em maiúsculas depende da situação em que o texto se insere. O segmento textual cujo elemento em destaque NÃO representa caso idêntico é:

- a) “EM OITO ANOS o número de turistas do Rio de Janeiro dobrou,...”;
- b) “...que ANUALMENTE recebe 5,7 milhões de visitantes...”;
- c) “...o alerta do Departamento de Estado americano a agências de turismo dos Estados Unidos, divulgado NO INÍCIO DO MÊS...”;
- d) “...e que DENTRO DE TRÊS ANOS teremos aqui o Pan”;
- e) “...visitantes de outros estados e do ESTRANGEIRO,...”.

#### 04 - O segmento do texto que tem o antecedente do pronome relativo que ERRADAMENTE indicado é:

- a) “Considerando a importância QUE o turismo tem para a cidade...” – importância
- b) “...o turismo tem para a cidade – QUE anualmente recebe 5,7 milhões de visitantes...” – cidade
- c) “...são números QUE reforçam o alerta do Departamento de Estado...” – números
- d) “Impunidade é também a sensação QUE resulta do deficiente trabalho...” – impunidade
- e) “...seria o QUE não está acontecendo...” – o

**05 - Entre o primeiro e o segundo período do texto, poderíamos inserir, com a alteração da forma do gerúndio *considerando*, uma conjunção (adequada ao sentido do texto) tal como:**

- a) embora.
- b) já que.
- c) mas.
- d) portanto.
- e) se.

**06 - Ao dizer que “não há um esquema eficaz de inteligência”, o autor do texto se refere à(ao):**

- a) capacidade intelectual dos policiais.
- b) possibilidade legal de fazer investigações.
- c) estrutura militar da corporação.
- d) disponibilidade de um serviço de informações.
- e) armamento de grande poder de fogo.

**07 - “É fácil atribuir todos os problemas à falta de verbas”; nessa frase, o acento grave indicativo da crase resulta da união de uma preposição com um artigo, o mesmo que ocorre em:**

- a) servir à francesa;
- b) ir àquela praia;
- c) entregar o prêmio à de vestido verde;
- d) dar àquele homem a condecoração;
- e) atribuir a culpa à que está armada.

**08 - Entre os argumentos apresentados a favor do trabalho das autoridades competentes para a segurança policial do Rio de Janeiro, só NÃO está:**

- a) instalação de câmeras na orla.
- b) falta de verbas.
- c) investimentos em aparato tecnológico.
- d) presença de policiais nas praias.
- e) policiamento ostensivo.

**09 - “Considerando a importância que o turismo TEM...”; “...quase 40% dos que chegam ao Brasil TÊM como destino o Rio...”; “...dentro de três anos TEREMOS aqui o Pan...”; esses segmentos do texto mostram a ampla utilização do verbo TER no lugar de outros verbos de significação mais específica. Os verbos que poderiam substituir, respectivamente, de forma mais adequada, as formas verbais em destaque são:**

- a) desfrutar - pretender - realizar
- b) mostrar - desejar - desfrutar
- c) possuir - almejar - sediar

- d) apresentar - tentar - receber
- e) alcançar - querer - organizar

**10 - “Muitos destes, aliás, são menores de idade com que o poder público não sabe lidar”; o comentário INCORRETO sobre os elementos que estruturam esse segmento do texto é:**

- a) o demonstrativo *destes* se refere a **menores de idade**.
- b) o termo **aliás** corresponde semanticamente a *além disso*.
- c) o termo **menores** é empregado como adjetivo.
- d) o relativo **que** se prende ao antecedente **menores de idade**.
- e) a expressão **poder público** se refere a órgãos de governo.

## ECONOMIA E DEMOGRAFIA DO PARANÁ:

Professor Jones

**11 - "Durante os últimos 25 anos, o Norte do Paraná passou por sucessivas fases de uso da terra. Estas sucessões começaram com o avanço especulativo da fronteira do café; passaram pela monocultura do café e levaram, devido à ameaça de geadas, a uma diferenciação em áreas favoráveis para o cultivo do café e em ÁREAS DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS ANUAIS."**

Assinale a alternativa que apresenta o título mais adequado ao texto.

- a) A modernização da agricultura no Norte do Paraná.
- b) O uso da rotação de terras no norte paranaense.
- c) Programa intensivo de ocupação do solo no Norte do Paraná.
- d) Mudanças estruturais no uso do solo norte paranaense.
- e) A expansão agrícola no Norte do Paraná.

**12 – Sobre o processo de ocupação do interior do Paraná, ocorrido neste século XX, é correto afirmar que**

- a) no Norte do Estado, a ocupação de uma extensa área foi dirigida por uma empresa privada de colonização, que adquiriu as terras junto ao Governo Paranaense e foi responsável pela fundação de cidades como Londrina, Maringá e Cianorte, entre outras.
- b) no Oeste e Sudoeste houve a predominância de correntes migratórias procedentes de Minas Gerais e diversos outros estados nordestinos a partir dos anos cinquenta.
- c) os antigos habitantes dessas terras - os indígenas - foram incorporados pacificamente ao modelo de colonização implementado no estado, sendo indenizados

pelo governo através da concessão de lotes de terras para garantir a produção agrícola e desenvolvimento econômico e social das suas comunidades.

- d) foi marcado por conflitos resultantes da luta pela posse da terra, como foi o caso da chamada "Guerra do Contestado", na qual posseiros resistiram às ações de grandes fazendeiros e grileiros que procuravam tirá-los das terras em litígio.
- e) a sojicultura, atividade de exportação responsável pela organização agroindustrial do estado, impulsionou economicamente a ocupação do Norte e Noroeste do Paraná, a partir dos anos cinquenta.

**13 - O pinheiro-do-paraná que já foi importante na economia do Estado é encontrado principalmente:**

- a) no Cerrado.
- b) na Floresta Tropical.
- c) na Mata de Araucárias.
- d) na Mata Atlântica.
- e) nos Campos Limpos.

**14 - Considerando a reordenação territorial do campo brasileiro, o Oeste Catarinense, o Noroeste do Rio Grande do Sul e o Sudoeste do Paraná constituem uma região de pequenas e médias propriedades, as quais,**

- a) seguindo a tradição dos colonizadores europeus, dedicam-se à produção de alimentos para o autoconsumo.
- b) subordinadas às grandes empresas agropecuárias pelo sistema de integração, registram a maior criação de suínos e aves no país.
- c) estimuladas pelo crescimento das indústrias têxteis do Vale do Itajaí, substituíram as tradicionais áreas de milho pelo cultivo do algodão.
- d) estimuladas pelo mercado interno e externo, transformaram-se na maior área de criação de ovinos do país.
- e) mediante a articulação entre indústria e agricultura, subsistem à concentração fundiária produzindo arroz, vinho e lã.

**15 - Considere a tabela a seguir.**

Distribuição da População Rural-Urbana no Estado do Paraná (em %)						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
<b>Rural</b>	75,5	75,3	69,0	63,6	41,0	26,6
<b>Urbana</b>	24,5	24,7	31,0	36,4	59,0	73,4

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1994

A leitura da tabela, e seus conhecimentos sobre a dinâmica populacional do Estado do Paraná permitem concluir que, a diminuição dos percentuais de população rural

- a) está diretamente associada ao processo de metropolização de Curitiba, que absorveu o êxodo de camponeses do Estado.
- b) está diretamente relacionada à substituição da pecuária pela pequena agricultura comercial introduzida no Estado, para atender às novas necessidades urbanas.
- c) pode ser explicada pela migração dos antigos habitantes da zona rural paranaense para outras áreas rurais, da própria região Sul ou do Centro-Oeste.
- d) está fortemente associada às transformações ocorridas na agricultura paranaense, tais como: a introdução de culturas comerciais e a mecanização.
- e) pode ser explicada como parte da estratégia política de promover a urbanização e transformar o Paraná no Estado mais industrializado da Região Sul.

**16 - Os grandes investimentos na área automotiva que estão sendo feitos no estado do Paraná fazem parte de uma estratégia de:**

- a) descarte de equipamentos obsoletos da indústria automobilística internacional, que passa por um processo de renovação de suas matrizes.
- b) formação de mão-de-obra superqualificada, que permita a transferência dos centros de pesquisa automotivos dessas empresas para o interior do Paraná.
- c) aumento do número de empregados no ABC paulista, que vai ter a sua participação fortalecida no cenário nacional com a instalação dessas empresas no sul do país.
- d) desenvolvimento de veículos automotivos agrícolas para serem utilizados na sofisticada agricultura do estado do Paraná, o celeiro nacional.
- e) produção de veículos globais para serem vendidos no mercado brasileiro, no Mercosul e também na Europa e nos Estados Unidos.

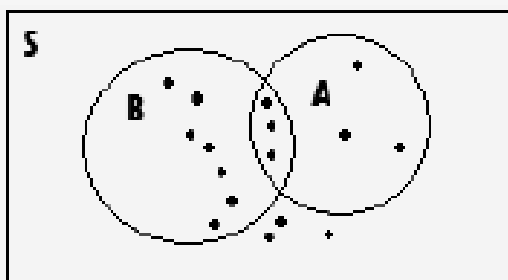
**17 – Apesar da diversificação do parque industrial ocorrida na década de 1970, as atividades industriais no Estado do Paraná ainda são fortemente ligadas**

- a) à exploração de recursos minerais como o calcário e o carvão.
- b) à transformação de produtos agrícolas e florestais.
- c) ao beneficiamento de minério de ferro para exportação.
- d) aos setores tradicionais de têxteis e calçados.
- e) à indústria de autopeças e de componentes eletrônicos.

**RACIOCÍNIO LÓGICO:**

Professora Simone

18- No diagrama a seguir, o espaço amostral S representa um grupo de amigos que farão uma viagem. O conjunto A indica a quantidade de pessoas que já foram a Maceió e o conjunto B, a quantidade de pessoas que já foram a Fortaleza. A empresa de turismo que está organizando a viagem fará o sorteio de uma passagem gratuita. Considerando que a pessoa sorteada já tenha ido para Fortaleza, assinale a alternativa que indica a probabilidade de que ela também já tenha ido para Maceió.



- a) 18,75%
- b) 30%
- c) 33,33%
- d) 50%
- e) 60%

19 – Abaixo há uma tabela com esquemas de estruturas lógicas para quatro tipos diferentes de deduções e uma tabela-verdade. As letras P e Q representam sentenças. Os símbolos  $\neg$ ,  $\rightarrow$  e  $\vee$  são conectivos lógicos usuais de negação, implicação e disjunção, respectivamente.

P	Q	$P \vee Q$
V	V	V
F	F	F
V	F	V
F	V	V

Tipo	I	II	III	IV
premissa	$P \vee Q$	$P \vee Q$	$P \rightarrow Q$	$P \rightarrow Q$
premissa	$\neg P$	$\neg Q$	P	$\neg Q$
conclusão	Q	P	Q	$\neg P$

Considerando as informações acima e o cálculo proposicional, assinale a alternativa correta.

- a) Se um delegado é um profissional do direito, então ele não desconhece leis. Delegados desconhecem leis. Portanto, delegados não são profissionais do direito. Esta é uma dedução do tipo III.

- b) Uma pessoa ou pode ser culpada ou inocente de uma acusação. Esta pessoa é culpada. Portanto, ela não é inocente. Essa é uma dedução do tipo I.
- c) Um supervisor ou sempre mente ou sempre fala a verdade, em relação a um determinado acontecimento. Se ele não fala a verdade então ele mente. Está é uma dedução do tipo IV.
- d) As tabelas verdade das proposições  $P \vee Q$  e  $P \rightarrow Q$  são iguais.
- e) Da forma de dedução do tipo II, tem-se que a conclusão será verdadeira se ambas as premissas forem verdadeiras.

**20 - Considere os dois argumentos::**

1- "Todos AFANEUS são ZARAGÓS. Alguns ZARAGÓS são CHUPIMZÁS. Logo, alguns AFANEUS são CHUPIMZÁS."

2- "Alguns alimentos são verdes. Algumas coisas verdes são metálicas. Portanto, alguns alimentos não são metálicos."

- a) Apenas o argumento 2 é válido.
- b) Apenas o argumento 1 é válido,
- c) Os dois argumentos não são válidos.
- d) Os dois argumentos são válidos.
- e) Nada se pode concluir pois, não se sabe o que são Zaragós, Afaneus e Chupimzás.

21-(UNESP) Considere a identificação das placas de veículos, compostas de três letras seguidas de 4 dígitos. Sendo o alfabeto constituído de 26 letras, o número de placas possíveis de serem constituídas, pensando em todas as combinações possíveis de 3 letras seguidas de 4 dígitos, é:

- a) 3 120.
- b) 78 624 000.
- c) 88 586 040.
- d) 156 000 000.
- e) 175 760 000.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA:**

Professor Valdir

22- Considerando o hardware do computador marque a opção que não apresenta um componente alocado internamente à CPU.

- a) Memória Cachê de nível 1
- b) Registradores
- c) Memória Virtual

- d) Unidade de Controle de Comunicação
- e) Unidade Lógica e Aritmética

**23- Considere o aplicativo Calc, em português. As células A1, A2 e A3 contêm, respectivamente, os valores 1, 2 e 3. Se a célula C1 contiver a fórmula =A2^A3-A1/A2-A3\*A1+A3, então o valor da célula C1 será:**

- a) 7
- b) 0
- c) 5
- d) 7,5
- e) 5,7

**24- A seleção de um parágrafo completo, utilizando-se o mouse em um documento Writer, é realizada por meio de:**

- a) dois cliques sobre o texto.
- b) dois cliques sobre o texto, pressionando-se a tecla Shift simultaneamente.
- c) três cliques sobre o texto.
- d) um clique sobre o texto.
- e) um clique no espaço entre duas palavras do parágrafo.

**25- Considere os conceitos de Internet e marque a alternativa abaixo que contém uma afirmativa falsa.**

- a) O protocolo TCP/IP é o protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e dos seus serviços.
- b) HTTPS é o protocolo usado para transações seguras na Internet, através dele as informações são transportadas em uma conexão cifrada, evitando que alguém não autorizado consiga interceptar fazer uso dos dados.
- c) O protocolo HTML é o protocolo não seguro para navegação na Internet, com a necessidade de conexões seguras para transações bancárias, uma camada SSL foi implementada para garantir privacidade nos dados, assim surgiu o HTTPS.
- d) Os protocolos POP e SMTP são utilizados na arquitetura Internet para recepção e envio de mensagens de correio eletrônico, para utilizá-los é necessário um programa cliente de correio eletrônico.
- e) O IP é o elemento que permite a localização de computadores na Internet, é composto de números e é obtido após a tradução dos endereços amigáveis.

## NOÇÕES DIR CONSTITUCIONAL:

Professor Laert

**26 - Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:**

- a) no sistema de direitos fundamentais adotado pelo Brasil, que protege a liberdade de culto, um brasileiro pode invocar motivação religiosa para deixar de cumprir obrigação a todos imposta ou a prestação alternativa fixada pelo Estado;
- b) a interceptação telefônica somente poderá ser autorizada, por autoridade judiciária, para Instrução processual de qualquer natureza ou para fins de investigação;
- c) de acordo com a Constituição, as comissões parlamentares de inquérito têm os mesmos poderes de investigação da autoridade judicial. Nesse sentido, a C.P.I pode determinar a interceptação telefônica para fins de investigação;
- d) a atividade de uma associação poderá ser suspensa compulsoriamente por decisão judicial que ainda não transitou em julgado;
- e) nas situações expressamente previstas na Constituição, para preservar a segurança do Estado ou o pleno exercício do Poder de Polícia, poderá ser imposta censura aos meios de comunicação.

**27 - Sobre as normas relativas aos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:**

- a) o direito a obtenção de certidão e de atestado junto às repartições públicas encontra-se expressamente previsto na Constituição, junto com o direito de petição;
- b) não há lei regulamentando o processo de mandado de injunção, o que impede a sua utilização;
- c) poderá ser usado o mandado de segurança ou o *habeas data* quando uma autoridade não permitir o acesso de interessado ao conteúdo das informações a seu respeito existentes em banco de dados público;
- d) a Constituição isentou o impetrante do mandado de segurança e da ação popular do pagamento de custas e honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé;
- e) a lei pode criar outras hipóteses de *habeas data* além das que estão previstas na Constituição.

**28- Analise as assertivas e responda:**

*I-Os direitos sociais, por estarem submetidos à cláusula do financeiramente possível, não dispõem de eficácia jurídica, dependendo de desenvolvimento pelo legislador ordinário para produzir efeito.*

*II Os direitos sociais previstos na Constituição, por serem normas programáticas, não produzem efeitos jurídicos, senão depois de regulados pelo legislador ordinário.*

*III-As normas da Constituição Federal que se referem a direitos sociais não constituem direitos fundamentais.*

IV-Embora diga que todo poder emana do povo, a Constituição estabelece que o poder é exercido pelos representantes do povo, não admitindo hipóteses de exercício do poder diretamente pelo povo.

V-Em nenhuma hipótese o brasileiro pode ser extraditado.

**Quantas assertivas estão certas?**

- a) uma
- b) duas
- c) três
- d) quatro
- e) nenhuma

**29-Assinale a opção correta entre as assertivas abaixo, relativas aos direitos eleitorais e à nacionalidade.**

- a) Um determinado cidadão brasileiro pode ter o direito de votar e não ter o de ser votado.
- b) O brasileiro nato sempre poderá exercer o direito de sufrágio.
- c) Basta ter nacionalidade brasileira para ter o direito de ser votado.
- d) Todo brasileiro nato é cidadão passível de exercício do poder de votar e de ser votado.
- e) Os conscritos podem votar.

## NOÇÕES DIR ADMINISTRATIVO:

Professor Ivo

**30- A responsabilidade civil do Estado, pelos danos causados por seus agentes a terceiros, é hoje tida por ser:**

- a) subjetiva passível de regresso;
- b) objetiva insusceptível de regresso;
- c) objetiva passível de regresso;
- d) subjetiva insusceptível de regresso;
- e) dependente de culpa do agente.

**31-. Tratando-se dos poderes administrativos, correlacione as duas colunas, vinculando a cada situação o respectivo poder:**

1.poder hierárquico	2. poder disciplinar
3. poder discricionário	4.poder de polícia

- ( ) penalidade em processo administrativo
  - ( ) nomeação para cargo de provimento em comissão
  - ( ) delegação de competências
  - ( ) limitação do exercício de direitos
- a) 2, 3, 1, 4

- b) 4, 2, 1, 3
- c) 4, 3, 2, 1
- d) 2, 1, 3, 4
- e) 4, 2, 3, 1

**32-. Quais as entidades da administração indireta que são sempre constituídas sem a obrigatoriedade de fins lucrativos?**

- a) Empresas concessionárias
- b) Empresas públicas
- c) Sociedades de economia mista
- d) Empresas permissionárias
- e) Fundações autárquicas

**33- A Administração Pública, a que o legislador constituinte de 1988 dedicou todo um Capítulo, ao tratar da organização do Estado, para submetê-la à observância necessária dos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência:**

- a) restringe-se ao Poder Executivo Federal.
- b) restringe-se aos Poderes Executivos Federal, Estaduais e Municipais.
- c) restringe-se aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário Federais.
- d) abrange órgãos e entidades dos Três Poderes da União, dos Estados e dos Municípios.
- e) abrange órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, com suas subsidiárias, sociedades controladas e concessionárias dos seus serviços públicos.

## ESTATUTO DA PC PARANÁ:

Professor Ivo

**34- A contagem do prazo para estabilidade do servidor público se inicia com a/o:**

- a) publicação da nomeação;
- b) homologação do concurso;
- c) efetivo exercício de suas funções;
- d) assinatura do termo de posse;
- e) término do estágio probatório.

**35- O retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando junta médica declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria,**

- a) é possível e chama-se readaptação.
- b) é possível e chama-se reversão.

- c) é possível e chama-se reintegração.
- d) é possível e chama-se recondução.
- e) não é possível, devendo a situação resolver-se em indenização.

**36- De acordo com o Estatuto da Polícia Civil, NÃO é forma de provimento do cargo público**

- a) a recondução.
- b) a exoneração.
- c) a promoção.
- d) a nomeação.
- e) o aproveitamento.

**37- Um servidor público regido pelo Estatuto da polícia Civil do Paraná, foi submetido a um processo administrativo e recebeu a pena de advertência. Passados dois anos, o servidor pediu a revisão do processo, alegando fatos novos. O processo foi revisto e a penalidade modificada para suspensão. A situação assim descrita está:**

- a) em desacordo com a Lei porque não é possível que se aleguem fatos novos no pedido de revisão.
- b) em desacordo com a Lei porque não existe a possibilidade de pedido administrativo de revisão do processo.
- c) de acordo com a Lei.
- d) em desacordo com a Lei porque a penalidade foi modificada de advertência para suspensão.
- e) em desacordo com a Lei no que diz respeito ao prazo do pedido de revisão.

**38- Suponha que um servidor público, regido pelo Estatuto da polícia Civil do Paraná, pratique um ato ao mesmo tempo caracterizado como ilícito penal, civil e administrativo. Nessa situação, se o servidor for condenado no âmbito penal:**

- a) poderá sofrer ainda as demais sanções, pois as sanções das três esferas são cumuláveis entre si.
- b) não poderá sofrer as demais sanções, que não são cumuláveis com a sanção penal.
- c) poderá sofrer ainda apenas a sanção civil, pois a sanção administrativa não é cumulável com a penal.
- d) poderá sofrer ainda apenas a sanção administrativa, pois a sanção civil não é cumulável com a penal.
- e) poderá sofrer apenas uma das demais sanções, pois a sanção penal apenas pode ser cumulada com mais uma, seja a civil, seja a administrativa.

**NOÇÕES DIR PENAL:**

**Professora Márcia**

**39- Assinale a afirmativa correta:**

- a) O dolo encontra-se no tipo, segundo a teoria finalista da ação.
- b) Quem de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- c) Segundo o Código Penal, o menor de dezoito anos é considerado imputável.
- d) Há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade ou legítima defesa.
- e) O estrito cumprimento do dever legal é uma causa excludente da ilicitude.

**40- Tríbio, para não perder o início de um jogo de futebol, dirigia seu veículo, com excesso de velocidade, em ruas movimentadas. Percebeu a possibilidade de atropelar alguém mas, confiando em sua perícia e nos bons freios do carro, acreditava poder chegar a tempo, sem maiores transtornos. O acidente, porém, ocorreu, com o atropelamento e morte de um transeunte, pelo veículo dirigido por tríbio. O exemplo apresenta uma hipótese de:**

- a) dolo eventual.
- b) culpa inconsciente.
- c) caso fortuito.
- d) culpa consciente.
- e) erro na execução.

**41- Quanto aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:**

- a) há peculato quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, vantagem indevida.
- b) há concussão quando o funcionário público apropria-se de dinheiro público;
- c) segundo o Código Penal, funcionários públicos são apenas aqueles servidores integrantes dos quadros da administração pública direta, suas autarquias e fundações.
- d) há excesso de exação quando o funcionário exige imposto devido que sabe indevido.
- e) há prevaricação quando o funcionário público pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.



**42 Assinale a alternativa correta:**

- a) o erro de tipo é o erro sobre uma característica objetiva do tipo penal.
- b) o erro de proibição pode conduzir a punição por crime culposo, caso haja previsão legal.
- c) aberratio ictus e aberratio criminis são categorias de conteúdo idêntico.
- d) para que haja culpabilidade basta que haja imputabilidade.
- e) no direito penal brasileiro todo erro sobre uma excludente de ilicitude é considerado erro de proibição.

**NOÇÕES DIR PROC PENAL:**

**Professora Márcia**

**43-Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) se o estelionato é cometido em detrimento de entidade de direito público ou instituo de economia popular, assistência social ou beneficência, a pena é aumentada de um terço.
- b) o crime de contrabando consiste em importar ou exportar mercadoria proibida e o de descaminho iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída, ou pelo consumo de mercadoria.
- c) se o crime de roubo for praticado por meio de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, sua pena será aumentada de um terço até a metade.
- d) comete o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas o funcionário público que der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- e) não é isento de pena quem comete crime de furto ou receptação em prejuízo de ascendente e descendente.

**44-Sobre os crimes contra o patrimônio é correto afirmar que:**

- a) o crime de receptação simples consiste em adquirir, receber, vender, conduzir ou ocultar coisa que sabe ser produto de crime.
- b) o furto pode ser praticado com violência ou grave ameaça.
- c) na apropriação indébita inexistente subtração da coisa, pois ela já estava na posse anterior do agente e este inverte essa posse, passando a agir como se dono fosse.
- d) existe o crime de roubo próprio e impróprio, sendo o último aquele que a violência ou grave ameaça é exercida antes da subtração da coisa alheia móvel.
- e) nenhuma das anteriores está correta.

**45- A lei nº 4.898 de 9 de dezembro de 1965, regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Assim, o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, contra as autoridades que, no exercício de suas funções, cometerem abusos, são regulados pela presente lei. Dessa forma, constitui abuso de autoridade qualquer atentado**

- a) à violabilidade do domicílio.
- b) à liberdade de locomoção.
- c) aos direitos e garantias sociais assegurados ao exercício do voto indireto.
- d) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional, mediante autorização legal.
- e) à liberdade de associação e a obrigatoriedade de manter-se associado.

**46- Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; em razão de discriminação racial ou religiosa; submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Crime punido com pena de reclusão, de dois a oito anos. Com relação ao crime de tortura é correto afirmar que:**

- a) incorre na pena de detenção de um a quatro anos aquele que se omite em face dessas condutas, quando não tinha o dever de evitá-las ou apurá-las.
- b) se resulta lesão corporal de natureza leve ou grave, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.
- c) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.
- d) o crime de tortura é inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia.
- e) na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

**NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL:**

**Professora Márcia**

**47- Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta:**

- a) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial só poderá ter início mediante reque-

rimento ou "notitia criminis" do ofendido ou de seu representante legal.

- b) Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, não há que se falar em contraditório e ampla defesa no curso do inquérito policial.
- c) Em regra, não pode a autoridade policial arquivar autos de inquérito policial, mas poderá fazê-lo, se ficar demonstrada, por prova cabal, a inexistência do crime.
- d) É nulo o inquérito policial se faltar a nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte e um anos de idade.
- e) O inquérito policial de réu preso, no procedimento comum (regra), deve ser concluído no prazo de 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias.

**48- No tocante à ação penal, assinale a opção correta:**

- a) O Princípio da obrigatoriedade aplica-se nas ações penais públicas, significando que o Ministério Público sempre é obrigado a denunciar diante da ocorrência de um fato criminoso, mesmo quando ausente prova da materialidade do fato.
- b) O Ministério Público pode desistir da Ação Penal Pública e transigir acerca da mesma.
- c) É causa de rejeição da denúncia, por ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação, a circunstância de haver o Ministério Público formulado a imputação penal contra apenas um dos indiciados no inquérito policial, mesmo pesando indícios da autoria sobre todos.
- d) Nas ações penais privadas, o ofendido, após a propositura da ação, não pode dispor da mesma, devendo prosseguir até o seu final.
- e) Nas ações penais públicas incondicionadas, o Ministério Público, para oferecer a denúncia, precisa de autorização (representação) da vítima ou de seu representante legal.

**49- Sobre competência é correto afirmar:**

- a) a conexão pode ser por cumulação subjetiva ou cumulação objetiva.
- b) a continência pode ser intersubjetiva, objetiva ou instrumental.
- c) nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da consumação da infração.
- d) a competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- e) compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes de homicídio doloso; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; infanticídio; aborto; sequestro seguido de morte.

**50- No tocante ao tema prisão, é correto afirmar:**

- a) a prisão temporária somente poderá ser decretada pela autoridade judiciária, visando garantir o oferecimento da denúncia.
- b) a prisão em flagrante pode ser própria, imprópria ou presumida.
- c) a prisão temporária pode ser decretada por um prazo de 10 dias, com prorrogação de mais 10 dias.
- d) a prisão em flagrante somente pode ocorrer dentro do prazo de 24 horas após a prática do crime.
- e) a prisão temporária pode ser decretada em fase de ação penal.

***PEGUE O GABARITO COMENTADO, CORRIJA AS QUESTÕES E REFAÇA A PROVA.***

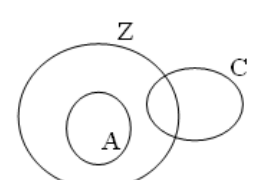
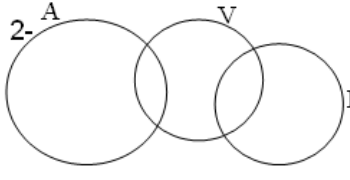


# GABARITO

## SIMULADO PC 2010

### RESPOSTAS COMENTADAS

01	<b>C</b>	todas as outras alternativas contemplam a ideia de doença, mas o argumentador se mostra conhecedor das causas do problema, no caso, a violência.
02	<b>B</b>	A alternativa 'a' mostra uma disparidade, e o texto aponta outra; a 'c' traz a ideia errônea não contemplada pelo texto de que com a redução de turistas, haveria aumento na segurança; a 'd' traz uma ideia errada da proporcionalidade mostrada pelo texto e a 'e' mostra uma equiparação quando o texto diz que o número de turistas dobrou.
03	<b>E</b>	Todas as outras alternativas apontam a ideia de tempo expressa pelo advérbio 'hoje'; a 'e' aponta ideia de lugar.
04	<b>D</b>	O relativo nesse trecho resgata o vocábulo 'sensação'
05	<b>D</b>	No trecho destacado: " Em oito anos, o número de turistas no Rio de Janeiro dobrou, enquanto os assaltos a turistas foram multiplicados por três, <u>alcançando</u> hoje a média de dez casos por dia.", o gerúndio em destaque traz uma ideia conclusiva.
06	<b>D</b>	Pois 'inteligência' no texto remete à ideia de eficiência quanto às informações.
07	<b>A</b>	Pois o artigo feminino 'a' só está presente nessa alternativa
08	<b>B</b>	Pois o enunciado enfatiza o que NÃO traz favorecimento à polícia (a favor de).
09	<b>A</b>	Evitando-se a repetição do verbo 'ter', fato que empobrece o texto, a semântica respectiva correspondente se encontra somente na 'a'.
10	<b>A</b>	Pois o demonstrativo 'destes' resgata no texto o vocábulo 'assaltantes' que encerra o parágrafo anterior.
11	<b>D</b>	As demais alternativas não respondem corretamente por não expressarem exatamente no tempo ou no tipo de cultivo.
12	<b>A</b>	b) o Oeste e sudoeste do estado tiveram no Gaúcho sua principal corrente migratória. C) muitos índios não foram incorporados e nem de forma pacífica e também não tiveram indenização. D) a guerra mencionada é a Guerra de Porecatu. E) A ocupação no Norte do Estado e baseada no café e a soja somente passa a ser importante após 1980.
13	<b>C</b>	A) Na região do Cerrados, o predomínio vegetal e dos arbustos. B e D) Vão mostrar basicamente o mesmo tipo de floresta que é a mais devastada em nosso país, mas que não tem o predomínio nem sequer existem na sua maior área o Pinheiro. Nos campos limpos não havia predominância de arbórea.
14	<b>B</b>	A) A produção de alimentos jamais teve, nestas regiões, a intenção de subsistência. C) ambas dividiram a região, mas também foram implantadas outras fontes de produção. D) o desenvolvimento regional e das aves e dos suínos. E) a indústria da região e voltada principalmente para produtos e derivados de aves e suínos.
15	<b>D</b>	Não há o que comentar.
16	<b>E</b>	A) temos na indústria local a empregabilidade da mais alta tecnologia mundial. B) não há investimentos em formação da qualificação de operários, nem ideia de transferência dos centros de pesquisa para nosso Estado. C) se real, isto promoveria até um "esvaziamento no ABC". D) veículos automotivos agrícolas??
17	<b>B</b>	A) o carvão brasileiro e de pouca significância dentro da economia nacional, por ser pouco coqueificável. C) não existe exploração de minério de ferro no Estado. D) o setor têxtil esta se tornando forte mais recentemente, e o de calçados já foi forte no RS. E) Não temos indústrias de componentes eletrônicos no Estado.

<p>18 <b>B</b></p>	<p>Interessante notar que o número de elementos de cada conjunto é indicado pelos pontinhos do desenho. Então, 6 pessoas já foram a Maceió - <math>n(A) = 6</math>, 10 pessoas já foram a Fortaleza - <math>n(B) = 10</math>, 3 pessoas já foram às duas capitais - <math>n(A \cap B) = 3</math>, e 3 pessoas ainda não conhecem estas cidades <math>n(S - (A \cup B))</math>.</p> $P = \frac{n(A \cap B)}{n(B)}$ $P = \frac{3}{10}$ $P = 0,3 = 30\%$																				
<p>19 <b>E</b></p>	<p>a) <math>\frac{P \rightarrow Q}{\neg Q}</math> (IV) <math>\therefore \neg P</math></p> <p>b) <math>\frac{P \vee Q}{P}</math> Nenhuma <math>\therefore \neg Q</math></p> <p>c) <math>\frac{P \vee Q}{\neg Q}</math> (II) <math>\therefore P</math></p> <p>d)</p> <table border="1" data-bbox="351 896 734 1052"> <thead> <tr> <th>P</th> <th>Q</th> <th><math>P \vee Q</math></th> <th><math>P \rightarrow Q</math></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> </tbody> </table> <p>e) <math>\frac{P \vee Q}{\neg Q}</math> (V) <math>\therefore P</math> (V)</p>	P	Q	$P \vee Q$	$P \rightarrow Q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	V	F	F	V	V	V
P	Q	$P \vee Q$	$P \rightarrow Q$																		
V	V	V	V																		
F	F	F	V																		
V	F	V	F																		
F	V	V	V																		
<p>20 <b>C</b></p>	<p>1-</p>  <p><b>Falácia</b></p> <p>2-</p>  <p><b>Falácia</b></p> <p>2 premissas particulares.</p>																				
<p>21 <b>E</b></p>	<p>Pelo princípio multiplicativo:</p> <p><u>L L L</u> <u>D D D D</u></p> $26 \cdot 26 \cdot 26 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 10 \cdot 10 = 175\ 760\ 000$																				
<p>22 <b>C</b></p>	<p>Os caches de nível 1 e 2, atualmente se encontram alocados dentro do chip da CPU, bem como os Registradores, a ULA e a UCC.</p> <p>A memória virtual nem existe fisicamente, ela é criada no disco rígido para permitir através de simulação a execução de programas maiores que a RAM disponível no momento</p>																				
<p>23 <b>D</b></p>	<p>Sempre que uma expressão é colocada dentro de uma célula do CALC, ele a resolverá considerando as prioridades da matemática, ou seja, primeiro a potenciação, depois divisão e multiplicação, depois adição e subtração, a menos que sejam colocados parênteses para alterar estas prioridades.</p>																				
<p>24 <b>C</b></p>	<p>Ao clicar uma vez sobre um parágrafo o cursor será posicionado no local do clique. Ao clicar duas vezes sobre uma palavra qualquer de um parágrafo, esta palavra ficará selecionada. Ao clicar três vezes sobre um texto qualquer em um parágrafo, este parágrafo ficará selecionado.</p>																				

25 C	HTML não é um protocolo, é uma linguagem de construção de páginas. A camada SSL foi implementada para permitir a utilização do protocolo HTTP em transações sigilosas, assim surgiu o HTTPS. HTTP para navegação normal sem necessidade de segurança, HTTPS para navegação segura.
26 D	O artigo 5º, XVII da Constituição Federal prescreve a plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Contudo, é possível a imediata suspensão das atividades desenvolvidas por uma associação por decisão judicial.
27 E	A constituição prescreve que haverá concessão de habeas-data em dois casos, quais sejam: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. Contudo, este rol não é taxativo mas, sim, exemplificativo, podendo lei infraconstitucional criar outras hipóteses da habeas data.
28 E	<p>I. Falso. Pelo elenco de direitos sociais apresentados no art. 6º da CF, é de fácil percepção que sua disponibilização efetiva pelo Estado requer principalmente a existência de recursos financeiros, bem como a edição, em alguns casos, de legislação complementar à Constituição ( como a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, que será regulada por lei complementar, nos termos do art. 7º, I, da CF). A partir disso, contudo, não se pode concluir que a previsão dos direitos sociais não surte efeitos jurídicos, mesmo quando inexistente legislação complementar à Constituição, e por ela exigida. Em primeiro, porque diversos direitos não exigem essa complementação, a partir de sua previsão na Constituição, já produzem o que se chama de eficácia negativa, ou seja a revogação da legislação anterior à Carta e a inconstitucionalidade daquela a ela superveniente que dispuserem de forma contrária ao prescrito em seu texto.</p> <p>II. Falso. A plena eficácia senão de todos, mas da maioria dos direitos sociais, requer a ação dos órgãos estatais, seja disponibilizando recursos financeiros ou adotando medidas administrativas para a concretização de cada um desses direitos. Contudo, mesmo se permanecer inerte o Poder Público, a inserção dos direitos sociais na CF por si só já produz efeitos jurídicos. Em primeiro lugar, porque alguns dos direitos sociais, como o décimo terceiro salário e o adicional de férias, entre outros, já têm integral eficácia em nosso ordenamento; segundo lugar porque mesmo os direitos ainda sem condições de eficácia plena já produzem a denominada eficácia negativa.</p> <p>III. Falso. As normas definidoras dos direitos sociais na Constituição de 1988 consagram indubitavelmente direitos fundamentais, e especificamente de Segunda geração, que exigem para a sua satisfação uma atuação positiva do Estado.</p> <p>IV. Falso. Ao lado da democracia representativa ou indireta, na qual o povo elege seus representantes, outorgando-lhes o poder de tomar decisões políticas, temos a democracia participativa ou direta, na qual o próprio povo, a partir de instrumentos previstos no texto constitucional, toma para si, individual ou coletivamente, a responsabilidade de interferir diretamente nas decisões políticas de seu Estado Podemos elencar, entre os meios diretos de participação popular postos à disposição pela Constituição, o plebiscito, o referendo, a possibilidade de apresentar projetos de lei, o poder de fiscalizar as contas públicas, o poder de oferecer ação popular e mandado de injunção, a possibilidade de organizar ou integrar partido político, o direito de petição aos Poderes Públicos etc.</p> <p>V. Falso. Segundo o art. 5º, inc. LI, da CF os brasileiros natos são absolutamente não-extraditáveis, seja qual for o crime cometido e o local onde ele foi praticado.</p> <p>O brasileiro naturalizado por sua vez, em regra não pode ser extraditado. A Constituição, entretanto traz duas exceções, onde a primeira se dá quando o brasileiro naturalizado comete crime comum (que não pode ser político ou de opinião) antes de sua naturalização, isto é, quando ainda era estrangeiro; a Segunda, quando o brasileiro naturalizado se envolve com o tráfico de entorpecentes ou drogas afins, qualquer que seja o momento, antes ou depois de ele ter adquirido nacionalidade brasileira.</p>
29 A	<p>a) Verdadeiro. Como os requisitos para a elegibilidade ( art. 14, §3º.) são em maior número que os requisitos para a alistabilidade ( art. 14, §§ 1º e 2º, CF), é possível que determinado cidadão brasileiro possa Ter o direito de votar, e não o de ser votado (por exemplo, os analfabetos).</p> <p>b) Falso. O brasileiro nato nem sempre poderá exercer o direito ao sufrágio, como, por exemplo, quando ele se encontra na condição de conscrito ou tem seus direitos políticos suspensos em virtude de decisão penal condenatória transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.</p> <p>c) Falso. Os requisitos para o direito de ser votado (elegibilidade – art. 14, §3º, da CF), não se limitam à condição de brasileiro.</p> <p>d) Falso. Diversos brasileiros natos podem não Ter direito de ser votados, como os analfabetos e os que tiveram seus direitos políticos suspensos; ou mesmo votar, como os conscritos ou os menores de dezesseis anos.</p> <p>e) Falso. Os conscritos estão impedidos de votar, nos termos do art. 14, §2º, da Constituição.</p>
30 C	Preceito ao artigo 37, parágrafo 6º da CF/88

31 A	<p>Poder hierárquico e o poder da adm. Poder administrar e organizar seus trabalhos, sendo no caso em pauta a delegação de trabalhos.</p> <p>Poder disciplinar trata-se da possibilidade de punição da adm. Pub. De forma interna, no caso em pauta a penalidade em processo adm.</p> <p>Poder discricionário, trata-se da margem de liberdade que a adm. Pub. Tem na escolha de um ato, no caso em pauta a liberdade de contratação de um cargo em comissão.</p> <p>Poder de policia trata-se da restrição, limitação de direitos em prol do interesse público.</p>
32 E	De acordo com o Decreto lei 200/67, somente a autarquia não pode ter intuito de lucro.
33 D	Nos moldes do caput do artigo 37 da CF/88
34 C	De acordo com o artigo 124 e 37 do estatuto
35 B	De acordo com o artigo 51 do estatuto
36 B	De acordo com o artigo 23 do estatuto
37 D	De acordo com o artigo 267 do estatuto
38 A	De acordo como artigo 218 do estatuto
39 D	<p>A) O dolo encontra-se no tipo, segundo a teoria finalista da ação. <b>(correta, pois pela teoria finalista o dolo e culpa pertencem ao tipo e não a culpabilidade)</b></p> <p>B) Quem de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. <b>(correta, pois a culpabilidade é analisada na fixação da pena base pelo juiz)</b></p> <p>C) Segundo o Código Penal, o menor de dezoito anos é considerado imputável. <b>(correto, art. 27 do Código Penal)</b></p> <p>D) Há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade ou legítima defesa. <b>(errado, pois quando o agente age em estado de necessidade ou legítima defesa, não há crime, pois estes institutos são considerados excludentes da ilicitude)</b></p> <p>E) O estrito cumprimento do dever legal é uma causa excludente da ilicitude. <b>(correto, pois ele é realmente considerado excludente da ilicitude – art. 23 do CP)</b></p>
40 D	<p>A) dolo eventual. <b>(não se trata de dolo eventual porque o problema traz como dado o fato do agente acreditar que não iria ocorrer maiores transtornos, ou seja, que nada iria acontecer)</b></p> <p>B) culpa inconsciente.</p> <p>C) caso fortuito. <b>(excludente da conduta)</b></p> <p>D) culpa consciente. <b>(resposta correta, pois o problema traz como dado o fato do agente acreditar que as consequências possíveis não iriam ocorrer com o mesmo. Se não tivesse tal dado, seria dolo eventual)</b></p> <p>E) erro na execução. (teoria do erro – não cabível no problema, pois não se visualiza nenhum equívoco por parte do agente)</p>

41 D	<p>A) há peculato quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, vantagem indevida. <b>(o peculato está descrito no art. 312 do CP, e consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. O fato descrito é crime de concussão – art. 316)</b></p> <p>B) há concussão quando o funcionário público apropria-se de dinheiro público. <b>(o crime de concussão é quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida)</b></p> <p>C) segundo o Código Penal, funcionários públicos são apenas aqueles servidores integrantes dos quadros da administração pública direta, suas autarquias e fundações. <b>(art. 327 do CP – para o Código Penal, considera-se funcionário público quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Também é considerado funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública – administração pública indireta)</b></p> <p>D) há excesso de exação quando o funcionário exige imposto devido que sabe indevido. <b>(resposta correta, pois segundo art. 316, § 1º do CP, excesso de exação se caracteriza por esta conduta aqui descrita)</b></p> <p>E) há prevaricação quando o funcionário público solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceitar promessa de tal vantagem. <b>(esta descrição é do crime de corrupção passiva. Segundo o art. 319 do CP, prevaricação ocorre quando o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou quando o pratica, contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal)</b></p>
42 A	<p>A) o erro de tipo é o erro sobre uma característica objetiva do tipo penal. <b>(correto)</b></p> <p>B) o erro de proibição pode conduzir a punição por crime culposo, caso haja previsão legal. <b>(o erro de proibição jamais exclui o dolo ou a culpa, pois é uma causa excludente do potencial conhecimento da ilicitude, conseqüentemente, exclui a culpabilidade. O erro de tipo pode conduzir a punição por crime culposo, desde que seja vencível)</b></p> <p>C) <i>aberratio ictus</i> e <i>aberratio criminis</i> são categorias de conteúdo idêntico. <b>(são institutos distintos, preconizados em artigos distintos no Código Penal – art. 73 e 74, respectivamente)</b></p> <p>D) para que haja culpabilidade basta que haja imputabilidade. <b>(para que haja culpabilidade, não basta apenas a ocorrência da imputabilidade, sendo necessário, também, estarem presentes a exigibilidade de conduta diversa e o potencial conhecimento da ilicitude)</b></p> <p>E) no direito penal brasileiro todo erro sobre uma excludente de ilicitude é considerado erro de proibição. <b>(como o direito penal brasileiro adota a teoria extremada da culpabilidade, sobre uma excludente de ilicitude pode ocorrer erro de tipo ou erro de proibição)</b></p>
43 E	<p>A) se o estelionato é cometido em detrimento de entidade de direito público ou instituo de economia popular, assistência social ou beneficência, a pena é aumentada de um terço. <b>(correto – art. 171, § 3º do CP)</b></p> <p>B) o crime de contrabando consiste em importar ou exportar mercadoria proibida e o de descaminho iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída, ou pelo consumo de mercadoria. <b>(correto – art. 334 do CP)</b></p> <p>C) se o crime de roubo for praticado por meio de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior, sua pena será aumentada de um terço até a metade. <b>(correto - art. 157, § 2º, inc. IV do CP)</b></p> <p>D) comete o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas o funcionário público que der às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei. <b>(correto – art. 315 do CP)</b></p> <p>E) não é isento de pena quem comete crime de furto ou receptação em prejuízo de ascendente e descendente. <b>(incorreto, pois segundo o art. 181 do CP (escusa absolutória), é isento de pena quem comete tais crimes em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural)</b></p>

<p>44 <b>C</b></p>	<p>A) o crime de receptação simples consiste em adquirir, receber, vender, conduzir ou ocultar coisa que sabe ser produto de crime. <b>(vender não entra como crime de receptação simples, mas sim como receptação qualificada – art. 180, caput, do CP)</b></p> <p>B) o furto pode ser praticado com violência ou grave ameaça. <b>(o roubo pode ser praticado com violência ou grave ameaça – art. 157 do CP)</b></p> <p>C) na apropriação indébita inexistente subtração da coisa, pois ela já estava na posse anterior do agente e este inverte essa posse, passando a agir como se dono fosse. <b>(correto, art. 168 do CP)</b></p> <p>D) existe o crime de roubo próprio e impróprio, sendo o último aquele que a violência ou grave ameaça é exercida antes da subtração da coisa alheia móvel. <b>(existe sim crime de roubo próprio e impróprio, contudo, não é no roubo impróprio que a violência ou grave ameaça é exercida antes da subtração, mas sim no próprio)</b></p> <p>E) nenhuma das anteriores está correta.</p>
<p>45 <b>B</b></p>	<p>A) à violabilidade do domicílio. <b>(o certo é inviolabilidade do domicílio)</b></p> <p>B) à liberdade de locomoção.</p> <p>C) aos direitos e garantias sociais assegurados ao exercício do voto indireto. <b>(não consta no rol do art. 3º da Lei 4898/65)</b></p> <p>D) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional, mediante autorização legal. <b>(não tem que ser mediante autorização legal)</b></p> <p>E) à liberdade de associação e a obrigatoriedade de manter-se associado. <b>(caracteriza-se o atentado à liberdade de associação, mas não a obrigatoriedade de manter-se associado)</b></p>
<p>46 <b>E</b></p>	<p>A) incorre na pena de detenção de um a quatro anos aquele que se omite em face dessas condutas, quando não tinha o dever de evitá-las ou apurá-las. <b>(o certo é “quando tinha o dever de evita-las ou apura-las)</b></p> <p>B) se resulta lesão corporal de natureza leve ou grave, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos. <b>(o certo é se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima)</b></p> <p>C) a condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada. <b>(o certo é a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada)</b></p> <p>D) o crime de tortura é inafiançável, mas suscetível de graça ou anistia. <b>(é insuscetível de graça ou anistia)</b></p> <p>E) na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não-previsto em lei ou não resultante de medida legal.</p>
<p>47 <b>B</b></p>	<p>A) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito policial só poderá ter início mediante requerimento ou “notitia criminis” do ofendido ou de seu representante legal. <b>(nos crimes de ação penal pública incondicionada o inquérito policial poderá ser iniciado de várias formas, não só por esta descrita. Ex. portaria, requisição do juiz ou promotor etc.)</b></p> <p>B) Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, não há que se falar em contraditório e ampla defesa no curso do inquérito policial. <b>(correta)</b></p> <p>C) Em regra, não pode a autoridade policial arquivar autos de inquérito policial, mas poderá fazê-lo, se ficar demonstrada, por prova cabal, a inexistência do crime. <b>(a autoridade policial nunca poderá arquivar autos de inquérito policial)</b></p> <p>D) É nulo o inquérito policial se faltar a nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte e um anos de idade. <b>(com o advento do Código Civil de 2002, não se torna mais necessário a nomeação de curador, e não se fala em inquérito nulo)</b></p> <p>E) O inquérito policial de réu preso, no procedimento comum (regra), deve ser concluído no prazo de 10 dias, podendo ser prorrogado por mais 10 dias. <b>(não pode ocorrer esta prorrogação de 10 dias)</b></p>



<p>48 <b>C</b></p>	<p>A) O princípio da obrigatoriedade aplica-se nas ações penais públicas, significando que o Ministério Público sempre é obrigado a denunciar diante da ocorrência de um fato criminoso, mesmo quando ausente prova da materialidade do fato. <b>(o princípio da obrigatoriedade diz que o MP é obrigado a denunciar desde que presentes indícios de autoria e prova da materialidade do fato)</b></p> <p>B) O Ministério Público pode desistir da Ação Penal Pública e transigir acerca da mesma. <b>(nas ações penais públicas o MP não poderá desistir e transigir acerca da mesma, pois se aplica o princípio da indisponibilidade)</b></p> <p>C) É causa de rejeição da denúncia, por ofensa ao princípio da indivisibilidade da ação, a circunstância de haver o Ministério Público formulado a imputação penal contra apenas um dos indiciados no inquérito policial, mesmo pesando indícios da autoria sobre todos. <b>(alternativa correta)</b></p> <p>D) Nas ações penais privadas, o ofendido, após a propositura da ação, não pode dispor da mesma, devendo prosseguir até o seu final. <b>(o ofendido pode desistir da ação penal privada, pelo princípio da disponibilidade)</b></p> <p>E) Nas ações penais públicas incondicionadas, o Ministério Público, para oferecer a denúncia, precisa de autorização (representação) da vítima ou de seu representante legal. <b>(ele somente precisa da representação quando se tratar de ação penal pública condicionada)</b></p>
<p>49 <b>C</b></p>	<p>A) a conexão pode ser por cumulação subjetiva ou cumulação objetiva. <b>(a continência pode ser por cumulação subjetiva ou objetiva)</b></p> <p>B) a continência pode ser intersubjetiva, objetiva ou instrumental. <b>(a conexão pode ser intersubjetiva, objetiva ou instrumental)</b></p> <p>C) nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da consumação da infração. <b>(correta – foro alternativo – art. 73 do CPP)</b></p> <p>D) a competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração. <b>(pela conexão)</b></p> <p>E) compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes de homicídio doloso; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; infanticídio; aborto; sequestro seguido de morte. <b>(o sequestro seguido de morte não é de competência do Tribunal do Júri, mas apenas os crimes dolosos contra a vida)</b></p>
<p>50 <b>B</b></p>	<p>A) a prisão temporária somente poderá ser decretada pela autoridade judiciária, visando garantir o oferecimento da denúncia. <b>(a prisão temporária somente pode ser decretada pela autoridade judiciária, mas quando imprescindível para as investigações, ou quando o indiciado não tem residência fixa, etc (inc. I ou II do art. 1º da Lei 7.960/89), nos casos descritos no inc. III do art. 1º da Lei 7.960/89)</b></p> <p>B) a prisão em flagrante pode ser própria, imprópria ou presumida, e pode ser praticada pela autoridade policial ou por qualquer do povo. <b>(correta)</b></p> <p>C) a prisão temporária pode ser decretada por um prazo de 10 dias, com prorrogação de mais 10 dias. <b>(o prazo para prisão temporária será de 05 dias ou 30 dias – se for crime hediondo, podendo ser prorrogada por igual prazo)</b></p> <p>D) a prisão em flagrante somente pode ocorrer dentro do prazo de 24 horas após a prática do crime. <b>(a prisão em flagrante pode ocorrer nos casos descritos do art. 302 do CPP, não se vinculando a prazo de 24 horas)</b></p> <p>E) a prisão temporária pode ser decretada em fase de ação penal. <b>(a prisão temporária apenas pode ocorrer em fase de inquérito policial)</b></p>

**ATENÇÃO – RECURSOS À PROVA OFICIAL:**

*Após a aplicação da prova oficial da PC Paraná, acompanhe no site do Curso Sólón eventuais argumentos apresentados pelos nossos professores para você montar seus recursos e, quem sabe, garantir mais alguns pontinhos na prova!*

**Saiba mais:**

**Acompanhe no site [www.CursoSolon.com.br](http://www.CursoSolon.com.br)**